



UM CENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO RUSSA (1917–2017) E A BURGUESIA REVELA SEU LADO PERVERSO¹

Paulino José Orso²

Resumo

Neste artigo realizamos uma análise do significado da Revolução Russa. Tomando-a como centro da história, analisamos as condições e as razões profundas que a desencadearam e também as lutas que foram impetradas contra União Soviética tendo em vista não só seu aniquilamento, como a tentativa de eliminar até mesmo a ideia de Revolução. Todavia, a despeito de todos os ataques dos burgueses contra os trabalhadores, os ideais da revolução proletária jamais desaparecerão antes que a propriedade de privada e a sociedade de classes sejam suprimidas. Diante das investidas da burguesia, cada vez mais, a revolução coloca-se como uma necessidade e uma exigência para a sobrevivência, tanto da natureza quanto da humanidade.

Palavras-chave: Revolução Russa. Revolução. Burguesia.

A CENTENARY OF THE RUSSIAN REVOLUTION (1917-2017) AND THE BURGOSY REVEALS ITS PERVERSE SIDE

Abstract

In this article we perform an analysis of the meaning of the Russian Revolution. Taking it as the center of history, we analyzed the conditions and the deep reasons that triggered it, as well as the struggles that were fought against the Soviet Union, not only to annihilate it, but also to try to eliminate even the idea of Revolution. Yet, in spite of all the attacks of the bourgeois against the workers, the ideals of the proletarian revolution will never disappear before private property and class society are suppressed. In the face of the onslaught of the bourgeoisie, more and more, the revolution stands as a necessity and a demand for survival, both of nature and of humanity.

Keywords: Russian revolution. Revolution. Bourgeoisie.



A Revolução Russa se constitui no fato mais extraordinário da História. Demonstrou não só que é necessário como é possível construir uma nova sociedade, inaugurou uma nova era, abriu as portas para a uma nova Humanidade, uma sociedade superior, verdadeiramente humana, sem classes, sem lutas de classes, igualitária, cujo centro, ao invés do capital, passa a ser o homem.

Daí não estranha que todos os segmentos que integram a classe dominante, tenham se unido e continuem a se juntar numa luta histórica e sem tréguas para denegri-la, esconjurá-la, destruí-la e, se possível, apagar da memória seu significado. Todavia, apesar da União Soviética ter sido destruída, enquanto as condições que colocaram de pé a Revolução Russa não forem superadas, os ideais da Revolução jamais serão apagados.

Por isso, se para a classe dominante, para os capitalistas, o Centenário da Revolução Russa (1917-2017) é algo abominável e desprezível, digno de condenação e maledicência, para os trabalhadores é motivo de louvação, festejo, celebração e comemoração. Viva a Revolução!

Porém, não se trata aqui de permanecer no encantamento, nem de fazer uma análise da Revolução Russa de forma abstrata, ilustrada, a histórica, despreziosa e desinteressada, senão de, por meio da abordagem de seus antecedentes e de seu processo de desenvolvimento, compreender a história, desmascarar a burguesia, revelar suas entranhas e, conseqüentemente, a necessidade imprescindível de enfrentá-la com os instrumentos adequados à sua superação.

Falar da Revolução Russa simplesmente por falar, ou para demonstrar que se sabe, que se conhece até mesmo a “microfísica” desta revolução, por mera erudição, ou então, para enfeitar o cérebro, não faz nenhum sentido.

Mais do que informação “inútil”, é necessário produzir conhecimento significativo, que ocorre quando se consegue ultrapassar os limites da factualidade, da fragmentação e adentrar numa perspectiva que permita compreender os fatos a partir da totalidade sócio-histórica, imprimindo sentido e significado explicativos.

Quando falamos dos fatos históricos, como no caso da Revolução Russa, falamos de conhecimento e, portanto, de vida. Afinal, conhecimento tem a ver com a vida. Não existe vida sem conhecimento, nem conhecimento sem vida. Assim, poderíamos falar: Dize-me como vives e te direi como e quanto conheces, ou então, dize-me o que conheces e te direi como vives.

Como se pode perceber, a noção de conhecimento com a qual trabalhamos não se limita à racionalidade, tem a ver com práxis, nem se reduz ao âmbito da individualidade, senão da coletividade.

Portanto, como e de que forma essa Revolução torna-se suficientemente explicativa, capaz de revelar a história, o modo de organização e funcionamento da sociedade e, igualmente, a forma como vivemos? De posse desse conhecimento, espera-se contribuir para a tomada de consciência acerca da realidade presente e, por conseguinte, com a organização e luta pela transformação das condições existentes, por uma vida plena.



Sem dúvida, pode-se afirmar que a Revolução Russa de 1917, que comemoramos o centenário no dia 25 de outubro de 2017, constitui-se num divisor de água, representa um ponto de chegada e um ponto de partida na História.

Mas, assim como o indivíduo não se explica por si, o mesmo também ocorre com essa Revolução. Ela colocou as questões mais candentes para a história e para a humanidade. Por conseguinte, constitui-se numa síntese que liga o passado ao presente.

Enquanto expressão da supressão das classes e, conseqüentemente, dos conflitos, dos antagonismos e das lutas de classes, passou a preocupar os capitalistas do mundo inteiro, sobretudo, das duas principais potências hegemônicas do momento, a Inglaterra, que na época da Revolução estava em franca decadência, e os Estados Unidos, que estava ascendendo, se afirmando e tomando seu lugar.

Se a Revolução Russa, porém, tem seu ponto culminante em 1917, na luta contra o czarismo e na instalação de uma sociedade comunista, ela aparece como corolário das lutas de todos os trabalhadores que a antecederam. Mas, onde se encontram suas causas primeiras, suas motivações profundas e suas razões últimas?

Pode-se afirmar que a Revolução Russa não teria ocorrido se não tivesse surgido a propriedade privada que provocou a divisão social em classes, desencadeou as lutas de classes, a exploração e a dominação e as conseqüentes lutas dos trabalhadores contra elas. Assim, ela não teria ocorrido sem as lutas dos trabalhadores ao longo do tempo, dos Cartistas (1830-1840), das *Trade Unions* do século XIX, da Associação Patriótica Alemã (1833-1834), da Liga dos Proscritos (1834-1836), da Liga dos Justos (1836-1847), da Liga dos Comunistas (1847-1852), as Revoluções de 1848, a AIT de 1864 e a Comuna de Paris de 1871.

Isso significa que, para tratar adequadamente da Revolução Russa, é preciso abordar seu fato histórico, seu centenário, mas pressupõe ir além, trazer à tona as questões contra as quais ela se levantou, que são as mesmas razões pela qual ela é combatida.

Todavia, apesar de que, desde o aparecimento da propriedade privada, como dizem Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista* (1998, P. 4), a história se constitui numa sociedade de classes e, portanto, os antagonismos e os conflitos de classes passarem a ser inerentes a essa forma de produção e organização da vida social, os trabalhadores, ao contrário dos proprietários, nem sempre tiveram consciência dessa condição e, portanto, de possuírem uma identidade e interesses que são opostos aos dos donos dos meios de produção.

Por outro lado, muitos dizem: a Revolução Russa fracassou, já era, acabou em 1989 com a “queda” do Muro de Berlim, faz parte apenas do passado, é peça do museu da história. Somado a isso, no rastro de um tal de Francis Fukuyama, outros dizem: “o capitalismo venceu”, “a história acabou”, “a revolução está fora da ordem”, os ideais e as utopias levantados por ela foram enterrados e, portanto, resta somente tentar melhorar o que está aí.

Contudo, para além das ideologias e mentiras plantadas pela burguesia com a finalidade de desviar a atenção daquilo é que o essencial, a divisão e as lutas de classes, a própria história se encarregou de varrer os dogmas liberais para o lixo. Na ordem capitalista até mesmo o pouco que os trabalhadores têm lhes é expropriado.



Como diz Marx (1991, p. 16) em *Para a Crítica da Economia Política*, “O concreto é concreto porque é síntese de múltiplas determinações”. Assim também se pode compreender o presente, como síntese de múltiplas determinações. Isso significa que, se quisermos compreender a atualidade, precisamos ir além das aparências, voltar-nos para o passado, analisar o desenvolvimento histórico e verificar como as coisas eram, como são e as tendências que indicam para o vir a ser. Só assim se pode captar a essência da realidade.

E como o conhecimento tem a ver com a vida, de posse do conhecimento histórico e da realidade presente, caso julgemos que a sociedade atual não se constitui no melhor dos mundos para se viver, como certamente é o caso, é possível intervir adequadamente e transformá-la. Daí a importância de se discutir sobre a Revolução, sobre a Revolução Russa, seus antecedentes e os fatos que sobrevieram ao longo dos seus 100 anos de história.

A Revolução Russa não é um fato qualquer. Ao contrário, como dissemos, constituiu-se num marco central para a história da humanidade. Foi um fato tão grandioso e de um significado tão profundo que não comporta indiferenças. Provoca terror e assombros em uns e expectativas e esperanças em milhões.

De um lado, inspirou revolucionários do mundo todo e abriu caminhos para outras revoluções, dentre as quais, a Chinesa de 1949 e a Cubana de 1959. Também serviu para opor resistências à opressão e repressão das ditaduras e à dominação imperialista ao redor do planeta, para lutar em favor da emancipação política de muitos países africanos e asiáticos dominados por potências europeias, contra exploração capitalista, pela emancipação dos trabalhadores. De outro, ou, por conseguinte, reúne toda uma plêiade de capitalistas, proprietários, empresários, latifundiários, numa palavra, os burgueses, seus ideólogos, a mídia e burocratas, irmanados em uma única luta e com um único propósito, apagar da história e esconjuram da memória todos os vestígios da Revolução e, conseqüentemente, deletar qualquer possibilidades de transformação da realidade existente.

Tal foi o significado da Revolução Russa, seu início e seu ocaso, que Eric Hobsbawm escreveu um livro, publicado em 1995, pela Companhia das Letras, denominado de a “Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991”. É como se o começo e o fim desse século coincidisse, respectivamente, com a Primeira Guerra Mundial, contexto em que ocorre a Revolução Russa e terminasse com o fim da União Soviética.

Todavia, o significado da Revolução Russa ultrapassou o tempo e o espaço cronológico de sua vigência, que teve início com a tomada do poder pelos Bolcheviques, liderados por Vladimir Ilyich Ulyanov, mais conhecido pelo pseudônimo Lenin (1870-1924), e termina simbolicamente com a “Queda” do Muro de Berlim, em 1989, e, posteriormente, com o fim da URSS, em 1991.

Os trabalhadores fizeram sua estreia na história ao lado da burguesia, durante a Revolução Francesa, também chamada de Revolução Burguesa (1789), quando travaram uma luta derradeira e derrotaram a aristocracia, a nobreza e o clero. Todavia, uma vez tendo chegado ao poder, a burguesia tomou medidas imediatas para impedir que os trabalhadores continuassem a luta pela implantação definitiva dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade pelos quais haviam lutado.

Somente durante as Revoluções em 1848, também chamadas de Primavera dos Povos, isto é, 59 anos depois da Revolução Francesa, após muitas promessas e ilusões da



burguesia, os trabalhadores conquistaram a consciência de que não só pertenciam a uma classe diferente da burguesia, como tinham identidade e interesses próprios, antagônicos a ela. A tomada dessa consciência resultou num custo muito alto para os trabalhadores, foram duramente reprimidos e massacrados.

Diante disso, os trabalhadores perceberam que a única condição que teriam para enfrentar a burguesia adequadamente seria a sua unidade. Por isso, ao concluir o Manifesto Comunista, Marx conclama: “Proletários de todo mundo, uni-vos!”. Com essa finalidade, em setembro de 1864, também fundaram a Primeira Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), ou simplesmente, a Primeira Internacional, com caráter internacional.

Posteriormente, em meio a Guerra Franco-Prussiana, enquanto 83.000 soldados franceses e, inclusive, o imperador Napoleão III haviam sido presos pelas tropas de Bismarck na batalha de Sedan (1º de setembro de 1870), no dia 18 de março de 1871, numa espécie de distração da burguesia, cansados de verem as armas e os canhões serem sempre apontados para eles, os trabalhadores parisienses tomaram a artilharia em suas mãos, voltaram as armas contra a burguesia, decretaram a Comuna e passaram a dirigir o seu destino com suas próprias mãos.

Como diz a Proclamação do Comitê Central da Guarda Nacional parisiense,

[...] os proletários da capital, em meio às fraquezas e traições das classes governantes, [...] compreenderam que era seu dever imperioso e seu direito absoluto tomar em mãos os seus destinos e assegurar-lhes o triunfo conquistando o poder. (BOLETIM DA PROGRAMAÇÃO DAS COMEMORAÇÕES DOS 130 ANOS DA COMUNA).

Num primeiro momento, a burguesia não fez muito caso. No entanto, na medida em que os trabalhadores começaram a fazer um governo autogestionário, promulgar leis e realizar reformas adequadas aos seus interesses, indicando, a médio e longo prazo, a supressão da propriedade privada, das classes e do próprio Estado, a burguesia francesa não teve dúvidas de ir ao encontro de Bismarck e implorar pela liberação dos soldados franceses para aniquilar os trabalhadores parisienses.

Bismarck, por sua vez, reconhecendo que a ocupação do poder pelos trabalhadores se constituía num problema muitíssimo maior do que as pequenas disputas e querelas nacionalistas entre a Prússia e a França, em solidariedade, prontamente, não só liberou os soldados franceses que estavam aprisionados, como enviou mais um batalhão para ajudá-los.

O resultado foi uma Semana Sangrenta. Em apenas oito dias, os trabalhadores parisienses foram completamente massacrados e Paris foi completamente arrasada e destruída. Mais de 30.000 lutadores foram fuzilados durante a guerra em Paris e aproximadamente 100 mil foram presos, condenados à pena de morte ou executados, deportados, condenados a trabalhos forçados.

Como diz Marx (1975, p. 215),

[...] o fato inédito é que na mais tremenda guerra dos tempos modernos, o exército vencedor e o exército vencido confraternizaram na matança comum do



proletariado. (...) A dominação de classe já não pode ser disfarçada sob o uniforme nacional; todos os governos nacionais são um só contra o proletariado.

O massacre impetrado pelas tropas versalhesas juntamente com as prussianas parecia não ter limites. As execuções só pararam por medo de que a quantidade imensa de cadáveres pudesse causar uma epidemia de doenças.

Marx (1983, p. 553) fala com entusiasmo do heroísmo e da dedicação dos *communards*:

Que elasticidade, que iniciativa histórica, que capacidade de sacrifício nestes parisienses! ... Seja como for, a atual sublevação de Paris mesmo que derrotada face aos lobos, porcos e rafeiros da velha sociedade, é o feito mais glorioso do nosso partido desde a insurreição de junho parisiense.

O significado da Comuna pode ser melhor compreendido nas palavras de Jules Vallés que falava da esperança que se abria para as novas gerações quando comparado ao modo como viviam à época e no passado:

E tu pequeno, que brincas à sombra das barricadas, aproxima-te, quero dar-te um beijo. O 18 de março abriu para ti um futuro esplendoroso, meu pequeno. Sem ele, seria outra a sua sina. Crescerias como crescemos nós, entre trevas, mergulhado na lama, revolvendo-te em sangue, sufocando-te na humilhação e sofrendo indizível tormento do opróbio. Mas já acabamos com tudo isso. (BOLETIM DA PROGRAMAÇÃO DAS COMEMORAÇÕES DOS 130 ANOS DA COMUNA).

Era a primeira vez que os operários chegavam ao poder e promoviam mudanças em favor da maioria da população, dos trabalhadores.

Para Marx, a Comuna foi a forma enfim encontrada para levar a cabo a emancipação humana. Por isso, tem seu lugar na história e soma-se a outras tantas experiências revolucionárias. Para Engels, foi a primeira experiência de Ditadura do Proletariado (ENGELS, 1983, p. 553): “Querem saber com o que se parece essa Ditadura? Olhem para a Comuna de Paris. Ela foi a Ditadura do Proletariado”.

A Comuna de Paris durou apenas 72 dias. Foi derrota face à brutalidade do inimigo de classe. Mas, mesmo em sua curta vigência e apesar de sua derrota, abriu um novo caminho para a história da humanidade. Demonstrou, na prática, que é possível extinguir as classes e o Estado com seu aparato ideológico, burocrático e bélico-militar e construir uma nova humanidade.

Afinal, como asseveram Marx e Engels (1999, p. 07), o “Estado não é mais do que um comitê para administrar os negócios coletivos de toda a burguesia”. Ou então, como afirma Engels (2017) na *Introdução à Guerra Civil em França*,

[...] não é mais do que uma máquina para a opressão de uma classe por outra [...]. Como fez a Comuna, o proletariado vitorioso não pode deixar de amputar imediatamente, na medida do possível, os aspectos mais nocivos desse mal, até que uma futura geração, formada em circunstâncias sociais novas e livres, possa desfazer-se de todo desse velho traste do Estado.

Portanto, se os trabalhadores realmente quisessem construir uma nova humanidade



não basta apenas transferir o velho aparato ideológico, bélico e militar da burguesia para as suas mãos. Como diz Marx,

[...] o proletariado não pode, como fizeram as classes dominantes e suas diversas frações em suas sucessivas horas de triunfo, simplesmente se contentar em apoderar-se do aparelho estatal existente e dirigi-lo como se apresenta para seus próprios fins. A primeira condição para a manutenção do poder político é transformar a máquina existente e destruir este instrumento de dominação de classe. (apud BARSOTTI, 2002, p. 159).

Os Comunardos tinham consciência de que não estavam lutando apenas por eles próprios. Nas frentes de batalha, nas barricadas, os trabalhadores levantavam: “Estamos aqui pela humanidade!”.

Não obstante ter sido destruída, como os motivos que a colocaram de pé não foram abolidos, diz Marx (1983, p. 557), “[...] os princípios da Comuna são eternos e não podem ser destruídos; eles não deixarão de se impor cada vez mais até que a classe operária se liberte”. Como fala Victor Hugo, “[...] o cadáver está na terra, mas a ideia está de pé”. (apud NETO, 2017).

Por isso se explica a ferocidade e o massacre imposto pela burguesia aos comunardos / aos trabalhadores. Foi como se quisesse dizer: não ousem nos provocar e nos ameaçar. Vejam do que somos capazes! Se fizemos isso nas Revoluções de 1848 e em 1871, não tenham dúvidas de que somos capazes de fazer o mesmo, ou até muito pior, quantas vezes forem necessárias.

Isto significa que não dá para brincar com a burguesia. Trata-se da história das lutas de classes. Ela aprendeu desde cedo que, para manter sua condição, seus interesses e privilégios, pode e é capaz de fazer qualquer coisa. Daí a necessidade de enfrentá-la com os meios adequados.

Não é por acaso, até mesmo porque o acaso não existe, que não se estuda, não se fala, não se discute sobre a Comuna de Paris. Dada a importância e o significado que ela tem para a classe trabalhadora, a burguesia tratou não só de aniquilá-la e exterminá-la fisicamente, mas também de apagá-la da memória e relegá-la ao seu esquecimento.

Se, como dissemos, a Revolução Russa é o corolário de todas as lutas operárias que a antecederam, também se pode afirmar que diante dela perfilam-se burocratas, intelectuais, empresários e a mídia que, com uma linguagem virulenta e nefasta, amparada sob a liberdade do capital, sob o falso pretexto de ser neutral, alimenta a ignorância, desinforma e não se cansa de esconjurá-la, execrá-la e compará-la ao nazismo e ao fascismo, taxá-la como totalitária e como se fosse o prior acontecimento da história e condená-la aos infernos.

Com esta finalidade mobilizaram toda a máquina midiática para produzir infundáveis peças propagandísticas com a finalidade de transformar o socialismo e a União Soviética num monstro pavoroso, devorador de crianças, ameaçador da moral e dos impolutos costumes sacrossantos burgueses.

Isso não nos surpreende, nem poderíamos esperar algo de diferente. Afinal, a burguesia de fato tem muito a perder. Por isso, toda vez que os trabalhadores se levantam em defesa de seus projetos, interesses e ideais; toda vez que procuram desnaturalizar a



sociedade de classes e a exploração, são taxados de antidemocráticos, antiquados, subversivos, autoritários e tiranos.

Além disso, a burguesia bem o sabe que, o que ela e os trabalhadores fizeram com a nobreza, o clero e a Aristocracia durante a Revolução Francesa, os trabalhadores podem vir a fazer com ela o mesmo na atualidade. Por isso, não se descuida e “não dorme”, calunia, difama e se utiliza de todos os meios possíveis para tentar vencer, inclusive os trabalhadores, de que a revolução é algo abominável (para eles é claro).

E à bem da verdade, é preciso dizer que muitos trabalhadores também se deixaram seduzir e encantar pela cantilena liberal-conservadora que reduz o socialismo a sinônimo de terror, autoritarismo, antidemocracia e violência. Desse modo, ao erguer uma “cortina de ferro” patrocinada por Washington para impedir o avanço do socialismo na Europa, ao privar os trabalhadores da verdade histórica e ao infundir pânico sobre eles, a classe dominante também conseguiu fazê-los capitular, privar-se de lutar e fazer com que abdicuem pacificamente de usufruir de tudo aquilo que produzem, satisfaçam-se com migalhas e se contentem com a condição de espectadores.

Antes de Lênin havia uma considerável literatura de esquerda economicista que defendia que a revolução iniciaria primeiramente nos países capitalistas centrais, onde a classe operária estaria mais “desenvolvida” e mais organizada, como no caso da Inglaterra, da Alemanha e dos Estados Unidos. E onde não estivesse desenvolvida, defendia-se que antes era necessário esperar pelo desenvolvimento e estimular as relações capitalistas para depois se fazer a revolução.

No caso da Revolução Russa ocorreu de modo diferente. À época, o país era bastante atrasado do ponto de vista industrial, encontrava-se ainda num regime de servidão. As relações de produção ainda eram praticamente agrárias e feudais, com raros bolsões industriais, como no caso de Petrogrado (São Petersburgo), antiga capital do país.

Todavia, a sociedade não anda num mesmo compasso, nem segue uma trajetória linear. Isso, de certo forma, explica porque a industrialização se concentra em algumas nações e em alguns polos no interior delas. De igual modo, faz com que as contradições se acirrem, explicitem-se e tendam a eclodir nos locais mais débeis dos processos produtivos. Assim, pode-se compreender porque, ao invés da Revolução eclodir nos países mais desenvolvidos, desencadeou-se justamente na Rússia que era considerada um país extremamente atrasado. Porém, isso não deve ser tomado como regra. De acordo com Lênin, trata-se de fazer análise concreta de situação concreta.

Segundo o próprio líder revolucionário, a situação revolucionária emerge quando os sofrimentos e penúrias das massas oprimidas se aguçam, para além do comum; quando a classe dominante percebe que não consegue mais continuar exercendo seu domínio e poder da mesma forma como fazia anteriormente e, quando se intensificam as atividades de agitações das massas.

Isso significa que para fazer uma revolução não é suficiente que os trabalhadores mergulhem mais e mais na miséria. A situação revolucionária depende tanto do agravamento das condições da classe trabalhadora, como da perda do poder da classe dominante e da eclosão de algum fator que abale a todos e coloque em questão as estruturas sociais. Assim, abre-se uma trilha revolucionária.



Todavia, a existência de uma situação revolucionária não significa que necessariamente vá se transformar numa crise revolucionária e provoque a ruptura da ordem existente. Além do mais, a classe dominante possui inúmeros instrumentos, meios e alternativas, tais como, o aparato ideológico, burocrático e repressivo, de que pode lançar mão para tentar evitar, ou pelo, menos postergar ao máximo que chegue nessa situação, caso não seja de seu interesse e não ocorra sob seu controle.

Em 1917, a Rússia era uma nação atrasada, vivendo praticamente sob um regime feudal, encontrava-se em meio a um conflito de proporções mundiais, a Primeira Guerra (1914-1918), que já durava quase 4 anos, deixou mais de 10 milhões de mortos e cerca de 30 milhões de feridos, um número de vítimas superior a todas as demais guerras anteriores juntas.

O país estava exausto, a fome era a companheira praticamente dois terços dos cerca de 160 milhões da população de camponeses, operários e soldados; o frio era intenso, faltava comida e agasalhos; as insurreições, as greves e violência se multiplicavam; os trabalhadores eram enviados para a guerra em comboios para matar ou morrer.

Diante dessa situação, em fevereiro de 1917, agrupamentos de soldados, trabalhadores e até mesmo uma parte da elite liberal russa comandaram uma revolta a partir de Petrogrado. No início do mês seguinte, as mulheres lideraram um movimento que desencadeou uma greve geral. Com isso, em meio às agitações, enfraquecido e sem sustentação social, no dia 15 de março desse ano, o Czar Nicolau II teve que abdicar. Prédios públicos são destruídos, cadeias são incendiadas, presos são libertos, símbolos imperiais são destruídos e a monarquia dos Románov que já durava mais de 300 anos chegava ao fim.

A partir daí, instalou-se um governo provisório, de caráter liberal, comandado pelo príncipe George Lvov, dominado pela burguesia russa, que decidiu continuar na guerra. Isso agravou ainda mais a já difícil situação social e provocou uma grande manifestação no dia 17 de julho de 1917, na capital do Império, pondo fim ao governo de Lvov, que acabou sendo substituído por Alexander Kerenski.

Mas, durante o governo de Kerensky, mesmo contando com o apoio do soviete de deputados operários, camponeses e soldados, as condições não mudaram. Ao contrário, acabaram por provocar a radicalização e a intensificação das atividades de agitação nas cidades por parte dos bolcheviques, que reativaram os sovietes de trabalhadores. A partir de agosto, passaram a dominar os principais sovietes e constituíram um Comitê Militar. Era a preparação da revolução e a definição das estratégias para a tomada do poder.

As agitações e conflitos se estenderam até outubro. Foi um período de transição, em que o velho já estava sepultado, mas o novo ainda não havia nascido. De um lado, o governo de Kerensky realizava reformas e reprimia as insurreições e, de outro, os sovietes radicalizavam, exigindo mudanças sob a consigna: “Paz, Pão e Terra”.

No dia 25 de outubro, os bolcheviques, sob o comando de Trotski ocuparam pontos estratégicos de Petrogrado, incluindo o Palácio do Governo. Com isso, Kerensky perde o apoio de suas tropas e é forçado a fugir. No dia seguinte, imersos em uma situação revolucionária, os sovietes se reúnem em Congresso, confirmam o triunfo da revolução e passam o poder a um Conselho de Comissários do Povo presidido por Lenin.



E, tendo como referência as lições extraídas da derrota da Comuna de Paris de 1871, o governo revolucionário bolchevique, dentre outras, tomou as seguintes medidas com o objetivo de abolir as velhas estruturas feudais: instituiu a ditadura do proletariado, suprimiu as grandes propriedades rurais, realizou a reforma agrária, estatizou as fábricas, proclamou a autodeterminação de povos não russos, criou o Exército Vermelho para defender o socialismo contra inimigos internos e externos e transformou o Partido Comunista que havia sido criado por Lênin em 1912, no partido único.

Em seguida, no dia 3 de março de 1918, o novo governo bolchevique assinou o Tratado de Brest-Litovski entre a Rússia e as Potências Centrais (Império Alemão, Império Austro-Húngaro, Bulgária e Império Otomano) e se retirou da guerra. Desse modo, “inicia-se o século XX”... abrem-se as portas para uma nova história e para uma nova humanidade.

Todavia, a reação não tardou. Seria ingenuidade pensar que desta vez a burguesia permaneceria apenas como expectadora. A velha elite latifundiária, os monarquistas e industriais, com a ajuda externa das potências imperialistas da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos, da França, da Itália e do Japão, organizaram e deram sustentação ao “exercito branco” para enfrentar o Exército Vermelho, que estava sob o comando de Trotsky, na tentativa de derrotar os revolucionários e retomar o poder.

Em decorrência disso, inicia-se uma guerra civil que durou cerca de três anos, de 1918 e 1921, na qual morreram cerca de 1,5 milhões de soldados e aproximadamente 8 milhões de civis. Em 1922, reunindo as antigas repúblicas russas, é formada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS – unidas em torno da defesa do comunismo.

Os bolcheviques derrotam a contrarrevolução, mas depois de um período de 7 anos de guerra ininterrupta somando-se a guerra inter imperialista e guerra civil, se a vitória tinha sabor de alívio, também havia deixado o país totalmente devastado e destruído, com cidades despovoadas e um povo esfomeado.

A partir daí colocava-se o desafio de construir outra sociedade, socialista, num país atrasado, povoado de analfabetos e miseráveis, sofrendo todo tipo de ataques internos e externos, na ausência de um modelo que pudesse se referenciar e extrair lições, sem ser a Comuna de Paris, que teve curta duração. Entretanto, mesmo nessas condições, com a necessidade de realizar alterações profundas na mentalidade conservadora da maioria da população, as mudanças promovidas na produção e a reorganização da vida social fizeram com que a URSS se transformasse rapidamente numa verdadeira potência em educação, saúde, tecnologia e condições de vida. Nesse contexto, como diria Pistrak (2011, p. 24), a escola se transformou numa verdadeira arma ideológica da revolução.

Enquanto isso, depois de um longo período de desenvolvimento e progresso, no final da década de 1920, mais precisamente em 1929, a começar pela sua parte mais desenvolvida, os Estados Unidos e, conseqüentemente, o capitalismo experimentaram aquilo que até hoje ainda é considerada a maior crise de sua história. Trata-se de uma crise de superprodução. As forças produtivas se desenvolveram de tal modo que se chocaram com as relações de produção existentes, provocando uma espécie de abalo sísmico em todo o sistema capitalista.

Esta realidade opôs, de um lado, o capitalismo com sua crise generalizada, com uma infinidade de bancos, fábricas e indústrias quebradas, com milhões de trabalhadores sendo literalmente despejados no “olho da rua”, com a violência grassando livre e abertamente e



se espalhando pelo mundo a fora e, de outro, a URSS, que apesar de não ter sido reconhecida diplomaticamente pelos EUA até 1933, encontrava-se em franco desenvolvimento, com emprego vitalício, qualidade de vida, saúde, educação. Assim, a União Soviética começou a atrair a atenção e passou a ser vista como modelo para outros indivíduos, povos e governos.

No entanto, não havia lugar para dois modelos de sociedade antagônicos e irreconciliáveis convivendo pacificamente. Um significava necessariamente a morte do outro, tratava-se da luta entre a vida de um e a morte de outro. Nesse contexto, a chamada Terceira Via, criada na década de 1990, por Toni Blair, Bill Clinton e Fernando Henrique Cardoso, que diziam não concordar com o capitalismo nem com o socialismo e defender a social democracia, não passava de uma enganação, um engodo e uma tapeação. Tratava-se de mais uma das variáveis do capitalismo, objetivando o “consenso” e a “conciliação de classes” sem conciliação, sob o domínio da classe dominante, com a finalidade de obter a capitulação da classe trabalhadora, como demonstraram posteriormente as posições práticas assumidas por seus proponentes e partidos.

Diante do cenário de crise generalizada ocorrido na década de 1930, John Maynard Keynes, antevia que, caso os capitalistas não fizessem nada, a médio prazo todos estariam mortos. Queria dizer que, se não fizessem nada, o liberalismo e o capitalismo em que sempre acreditaram e que defendiam, estavam ameaçados. Logo, era necessário agir rapidamente. Afinal, é melhor perder os anéis do que os dedos, não é mesmo!? Daí o recurso a intervenção estatal, mesmo que isso implicasse em negar os princípios que sempre haviam defendido. Importava era salvar o liberalismo, impedir que capitalismo sucumbisse e todos rumassem para o socialismo.

Então, apesar dos liberais terem defendido desde o século XVI o livre cambismo, a livre concorrência, a mão invisível, a não intervenção do Estado na economia, ou pelo menos, o mínimo de intervenção possível, e até mesmo, o Laissez-faire e o darwinismo social, Keynes se convence de que não era mais possível seguir os mesmos rumos que havia trilhado até então. Ademais, persistir no mesmo caminho, significava aprofundar ainda mais a crise e acelerar o ocaso do capitalismo.

Por isso, uma das estratégias adotadas para salvar o capitalismo e o liberalismo, foi camuflar o estatismo socialista. Mesmo a contragosto, abandonou os princípios da não intervenção e passou à defesa do intervencionismo. Essas políticas foram chamadas de *keynesianas*, *welfare state* (Europa) e *new deal* (Estados Unidos).

Assim, para muitos, a estatização passou a ser defendida sem questionar, como se fosse quase que sinônimo de socialismo. Quando, na verdade, era estabelecida mediante a preservação da propriedade, ao passo que a estatização socialista implicava exatamente no seu contrário, no fim da propriedade privada, na sua transferência para o estado, passando a vigorar o lema: “De cada um segundo sua capacidade, de acordo com sua necessidade”.

Era a primeira vez que o liberalismo mudava de orientação desde a sua criação e que o capitalismo passava a ser controlado, gerenciado e administrado. Assim sendo, se por um lado, o liberalismo clássico, com sua livre concorrência havia garantido um longo período de desenvolvimento e progresso, as políticas intervencionistas à moda keynesianas, também possibilitaram um novo processo de desenvolvimento e acumulação.



Entretanto, entre 1939 e 1945, durante a Segunda Grande Guerra, a luta entre o capitalismo e o socialismo, especialmente dos Estados Unidos com a Rússia, arrefeceu-se diante da percepção de que havia um “inimigo maior e comum”, o nazi-fascismo, que desencadeou um conflito de proporções ainda maiores do que a Primeira Guerra Mundial. A Segunda Grande Guerra deixou aproximadamente 60 milhões de mortos.

Enquanto a Europa era devastada pela Guerra, os Estados Unidos fazia empréstimos, vendia armas e desenvolvia sua indústria bélica. Entrou tardiamente no conflito. Há suspeitas, inclusive, de que teria provocado o Japão para atacar sua base militar em Pearl Harbor, justamente para legitimar sua entrada na conflagração.

Foi com base neste ataque que também despejou a bomba atômica sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, em 6 e 9 de agosto de 1945, respectivamente. Porém, mais do que uma forma de se defender dos japoneses, que já se encontravam praticamente dominados, os Estados Unidos pretendiam enviar uma espécie de recado a Stalin e a União Soviética. Não ousem nos desafiar!

É importante lembrar que grandes empresas estadunidenses como a Coca Cola, a IBM, a Ford e a General Electric tinham negócios com os nazistas. Além disso, não é por “acaso” que uma vez terminada a guerra, os yankees voltaram-se imediatamente contra a URSS. Inclusive contrataram uma série de intelectuais, militares e espiões alemães para contra atacá-la. De um lado, levantam uma cortina de ferro, ou como diria, Jorge Amado, uma “cortina de dólares” (1951, p. 247), com o intuito de tentar impedir o avanço das tropas soviéticas sobre a Europa e, de outro, desencadeiam a Guerra Fria, que por vezes, chegou a ser “bem quente” a ponto de quase desencadear uma hecatombe nuclear.

A estratégia era fazer com que os soviéticos, ao invés de aplicar toda a energia, força e recursos em saúde, educação, moradia, bem estar e qualidade de vida da população, fossem forçados a direcionar praticamente todos os recursos para se defender, desencadeando uma corrida armamentista. O objetivo era gerar carência, desencadear conflitos, provocar desestabilização interna e fazer com que parecesse que era o próprio povo que estava insatisfeito e queria o fim do comunismo.

Enquanto isso, os Estados Unidos estimulou sua indústria bélica, promoveu empréstimos para reconstrução da Europa que havia sido arrasada pelas guerras em seus territórios e garantiu um período de quase 40 anos de mais acumulação. Foi nesse período que tanto os trabalhadores europeus, como estadunidenses e até mesmo da América Latina conquistaram alguns direitos.

Todavia, este processo de desenvolvimento nas raias do capital revelou seu limite e provocou o seu contrário, uma nova crise, a chamada crise do petróleo de 1973. Assim como a crise de 1929, esta também não era uma crise de carências, mas de superprodução. A crise se deveu novamente ao fato das forças produtivas terem se desenvolvido ao máximo nas condições do momento e se chocarem com as relações de produção, impedindo um novo processo de acumulação. Mas assim como não é afeto à caridade, não tem coração, nem se move por altruísmo e muito menos por humanidade, o capital também não admite, nem suporta barreiras ou fronteiras. Tudo o que lhe impede de aumentar seus lucros e acumular mais e mais, ele implode, aniquila e extermina.



Isto se resolveu mediante a crise do petróleo, quando os Estados Unidos fizeram um acordo com a Arábia Saudita com a finalidade de elevar os preços do petróleo de forma abrupta. Assim, empurrados para a crise, os países foram forçados a promover reformas para se adequar à nova realidade e, com isso, abriram espaço para uma nova etapa de acumulação, aquilo que equivocadamente foi denominado de neoliberalismo³.

O tal de neoliberalismo teve início no Chile, com o golpe militar arquitetado pela CIA, desencadeado por Augusto Pinochet, que implantou uma ferrenha ditadura, perseguiu militantes contrários, aniquilou sindicatos, promoveu privatizações, eliminou direitos sociais, deixou mais de 40 mil mortos. Tratava-se de aniquilar a Revolução Democrática e Popular encabeçada por Allende, para impedir que a Revolução Cubana ganhasse força e se espalhasse pela América Latina. Era a ditadura do capital em sua versão atualizada. Depois do Chile, o mesmo ocorreu na Inglaterra com Margaret Thatcher a partir de 1980 e nos Estados Unidos depois de Ronald Reagan ter assumido o poder, em 1981, e, em seguida, foi exportado e imposto quase que no mundo todo.

Como resultado do plano arquitetado por Estados Unidos e Reino Unido, em 1989, é derrubado o Muro de Berlim e, em 1991, chegava ao fim a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Muitos, repetindo a arenga burguesa, falam que a União Soviética caiu. Ao contrário disso, ela foi derrubada em função de todos os instrumentos, meios e ataques utilizados com esta finalidade.

Então, os arautos do liberalismo e do capitalismo saíram a cantarolar a derrota do socialismo, a vitória do capitalismo e anunciar o fim da história. Os Estados Unidos assumiam definitivamente o posto hegemônico e unilateral da locomotiva do planeta, impondo sua moeda, seus valores, seu receituário, suas práticas predatórias e destrutivas, travestidas de liberdade e democracia. Contudo, era necessário consolidar essa posição.

Assim, de um lado, cunharam o Consenso de Washington, como uma forma de impor suas políticas e “exportar” o *american way of life*. Em decorrência disso, depois dos governos na América Latina terem sido docilizados e adestrados pelas ditaduras, plantaram outros totalmente subservientes aos seus interesses forâneos, que, como dizia o ex-presidente da Argentina Carlos Menem, “tinha uma relação quase que carnal com os Estados Unidos” e “enfiaram goela abaixo” o receituário dito neoliberal, com suas reformas liberalizantes, suas políticas privatizantes, com o enxugamento de direitos sociais, com o estado mínimo e a repressão aos movimentos populares.

Mas, aquilo que era uma vitória para os Estados Unidos se transformou num grande problema. Já não dava para justificar o desenvolvimento armamentista e os problemas do capitalismo por conta do “bicho papão” do comunismo. Então, o que fazer com uma rica e altamente desenvolvida indústria bélica, com ações comercializadas nas bolsas de valores e que se transformou num dos principais motores da economia estadunidense?

A indústria bélica era muito grande, com muitos acionistas e não podia ser deixada de lado e quebrar, sob pena de provocar a implosão da própria economia yankee. Por isso, uma vez “acabada” a guerra fria, a saída foi produzir novas razões para justificá-la. A saída foi refuncionalizá-la.

É nessa perspectiva que ganha explicação a Guerra do Golfo de 1990 contra o Iraque de Saddam Hussein em 1990. Mas, não foi suficiente. Então, pouco tempo depois do ataque



às Torres Gêmeas, em 2001, realizado pela Al Qaeda, arquitetada e induzida pela CIA, após as incursões sobre o Afeganistão na caçada a Osama bin Laden, sob pretexto (nunca comprovado) de que Saddam possuía armas de destruição em massa, em 2003, os Estados Unidos, com o apoio do Reino Unido, da Espanha e da OTAN, invadiram novamente o Iraque e o arrasam, assim como o fizeram na sequência na Líbia, ocupações que se estendem até os dias atuais.

Como a história se move por contradição, com as mentiras e agressões imperialistas, com a destruição provocada pelos chamados governos neoliberais, na senda de Cuba e Fidel Castro, que resistiram praticamente sozinhos a infindáveis ataques estadunidenses e contra a tentativa de criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), no final dos anos de 1990, intensificaram-se as críticas ao imperialismo e foram eleitos diversos governos populares, um pouco mais identificados com os anseios dos trabalhadores. Dentre eles, mencionamos Hugo Chávez na Venezuela, em 1999; Luis Inácio Lula da Silva, no Brasil, em 2003; Néstor Kirchner, na Argentina, em 2003; Rafael Correa, no Equador, em 2005; Daniel Ortega, na Nicarágua, 2006; Evo Morales, na Bolívia, em 2006, e José Mujica, no Uruguai, em 2010.

Isso, porém, para os Estados Unidos, afigurou-se como se fosse um grande espectro a pairar sobre a América. Parecia-lhes que a velha Doutrina Monroe de 1823, que estabelecia a “América para os Americanos”, que considerava a América Latina como seu pátio traseiro, começava a ensaiar alguns passos e andar com as próprias pernas. Daí, decidiram que era preciso agir e recuperar seu controle, antes que fosse tarde.

Entretanto, naquele momento, os yankees, já estavam envolvidos em muitas frentes. Estavam preocupados em conter e controlar a China, sua maior rival; conter e controlar a Rússia, como uma justificativa para realimentar a indústria bélica; atacar o Irã e a Síria para poder colocar suas garras sobre as reservas de petróleo ainda não controladas no Oriente Médio; combater a Venezuela, sua revolução bolivariana e apropriar-se da maior reserva de petróleo do mundo que, ao contrário das do Oriente Médio estava geograficamente próxima, além de cercar a América Latina, que ousava levantar a voz, gritar por mais liberdade e que havia implementado uma espécie de estado de bem estar atrasado, ocupando uma pequena parte do mercado, limitando à acumulação do capital. Praticamente todos estes países têm suas economias dependentes, ou pelo menos, fortemente vinculadas ao petróleo.

Além disso, o mundo se encontra novamente mergulhado em uma profunda crise, de proporções mais complexas do que as anteriores, no que diz respeito à superprodução e superacumulação. Então, como fazer para destravar outra vez as atuais relações sociais de produção, atacar todos os adversários de uma só vez, forçar a realização de reformas de caráter liberalizantes e mercantilistas e viabilizar mais uma etapa de desenvolvimento e acumulação?

Como o petróleo era/é um componente importante e comum à economia de todos estes países, também se transformou numa arma extremamente poderosa e apropriada para atacá-los. Assim, ao contrário de 1973, neste momento, os yankees fizeram um novo acordo com a Arábia Saudita, sua fiel escudeira e servidora, para, num movimento contrário, conter a produção de petróleo. Isso somado ao grande incentivo à produção do gás de xisto por meio da técnica do fracking nos Estados Unidos, junto com o acordo estabelecido com o Irã em torno da questão nuclear, destravou o comércio e produção de petróleo, inundou o



mercado de produto e faz com que seus preços caíssem abruptamente, provocando uma infinidade de problemas sociais, de todas as ordens, atingindo os países que consideravam seus principais inimigos.

Como se pode perceber, todas as crises capitalistas têm sido provocadas devido à superprodução e superacumulação, ou seja, são produtos do capital. Consequentemente e ironicamente, não são resolvidas mediante a superação de suas causas e da forma de organização da produção que as provoca. Ao contrário, resolvem-se mediante a implosão das condições e relações existentes, exportando e transferindo as crises para o âmbito da periferia e do trabalho, provocando o aumento da exploração e da expropriação, gerando cada vez mais pobreza do lado dos trabalhadores e, por conseguinte, o aumento da riqueza e da acumulação do capital, alargando ainda mais a distância entre ricos e pobres, da mesma forma que as desigualdades sociais.

Isso significa que, ao invés de se resolverem as crises, aprofundam-se cada vez mais, renunciando a próxima que virá e, em decorrência disso, majora também a miséria dos trabalhadores, dando razão a Marx que afirma que

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. (MARX, 2002, p. 111).

Por fim, voltando à questão da crise do petróleo, veja que no intervalo de praticamente um ano, o preço do barril despencou, passou de mais de 110 dólares ao barril e chegou a 27 dólares. Desse modo, com essa caída estrondosa de seus preços, a ideia era provocar o mesmo efeito que ocorreu com a União Soviética ao ser forçada a direcionar praticamente toda sua economia para a indústria bélica, para sua defesa, que a partir da década de 1970, se agravou ainda mais com a “crise do petróleo” e acabou por gerar carências, provocar conflitos sociais, estimular rebeliões, desestabilizar governos e provocar mudanças até chegar ao seu fim em 1991. Esta estratégia tem se mostrado eficiente não só para fragilizar os governos que não eram totalmente alinhados aos interesses estadunidenses, mas também para plantar outros, justificar as reformas, remover os entraves e garantir novo processo de acumulação.

A derrubada dos preços do petróleo que ocorreu recentemente, teve um alcance ainda maior e provocou consequências ainda mais nefastas que as da crise dos anos de 1970. Como um efeito dominó atingiu uma infinidade de economias. É isso que explica a calamitosa e catastrófica situação em que nos encontramos no atual momento no Brasil, na América Latina e no mundo, resultado da ânsia perversa e insaciável da burguesia por mais lucros, ampliar sua acumulação e dominar o mundo. Para tanto, utiliza-se de todos os recursos possíveis, fabrica conflitos, exporta tempestades, explode e ou implode povos e nações, garante a exploração, mantém a dominação, locupleta-se com o trabalho alheio e colhe facilidades. Assim, ao regurgitar, expõe suas entranhas e revela sua forma de ser, demonstra seu caráter doentio, seu jeito mesquinho, seu modo cruel, insano, desumano, destrutivo e abominável, numa palavra, sua forma miserável, que, por sua vez, por contradição, coloca como imperativo também a necessidade de sua própria eliminação, à bem da humanidade.



Portanto, diante desse cenário que se descortina, como dissemos anteriormente, não há espaço para encantamento, nem para análises da Revolução Russa de forma abstrata e desinteressada, senão, por meio da abordagem de seus antecedentes e de seu processo de desenvolvimento, compreender a história e, conseqüentemente, a necessidade imprescindível de enfrentar a sociedade do capital com os instrumentos adequados à sua superação.

A “derrotada” da Revolução Russa, resultado do cerco imperialista/capitalista, porém, ao contrário do que cantarolava Fukuyama, não significou o fim da história. Apesar de ter sido abatida, os seus ideais continuam de pé, estão presentes no coração e na mente dos trabalhadores. Porque aquela foi destruída, “Não descansaremos até que a bastilha do capitalismo seja destruída, abolido o Estado de classe e uma aliança de homens livres e iguais se estenda por toda a terra”. (Augusto Bebel).

BIBLIOGRAFIA

AMADO, J. **O mundo da paz**. 1. ed. Rio de Janeiro: Vitória, 1951.

BARSOTTI, P. Marx, um estatista? A propósito da Comuna de Paris de 1871. In: ORSO, P. J.; LERNER, F.; BARSOTTI, P. (Org.). **A Comuna de Paris de 1871**. São Paulo: Ícone, 2002.

BOLETIM DA PROGRAMAÇÃO DAS COMEMORAÇÕES DOS 130 ANOS DA COMUNA.

ENGELS, F. **Introdução à Guerra Civil na França**. Disponível em: <http://www.unioeste.br/projetos/histedopr/bibliografia/GUERRA_CIVIL_FRANCA.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2017.

ENGELS, F. Introdução à Guerra Civil na França. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, s/d, p. 51.

MARX, K. **A guerra civil na França**, in Marx e Engels, Edições Sociais, Textos 1, 1975.

MARX, K. **BIOGRAFIA**. Lisboa: Avante, 1983.

MARX, K. **Manuscrítos Econômico-Filosóficos**. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MARX, K. Para a Crítica da Economia Política. In: _____. **Manuscrítos Econômicos e Filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Nova cultural, 1991.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Apresentação José Paulo Neto. São Paulo: Cortez, 1999.



Artigo

doi: 10.20396/rho.v17i4.8651229

NETO, Walacy. **O cadáver está na terra mas a ideia esta de pé.** Disponível em: <<https://www.dm.com.br/cultura/2017/07/o-cadaver-esta-na-terra-mas-ideia-esta-de-pe.html>>. Acesso em: 22 dez. 2017.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da Escola do Trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Notas

¹ Artigo escrito como referência para a Aula Especial proferida na UNIPAR/Cascavel-PR, em comemoração ao Centenário das Revoluções Russa e Mexicana, proferida no dia 14 de agosto de 2017.

² Doutor em Educação, UNICAMP. Pós-doutor pela UERG. Docente da Unioeste e líder do grupo HSTEDOPR. E-mail: paulinorso@uol.com.br

³ Quem tiver interesse em aprofundar estudos nesta direção, favor verificar meu artigo denominado “Neoliberalismo: equívocos e consequências”, publicado na coletânea “Liberalismo e Educação em Debates”, pela Autores Associados, em 2007.

Submetido em: 13/11/2017

Aprovado em: 13/12/2017